



ATA N.º 13/2023

Aos 12 dias do mês de outubro de 2023, no grande auditório do Centro Multimeios de Espinho, reuniu-se, para a segunda reunião da quarta sessão ordinária do ano 2023, a Assembleia Municipal de Espinho, presidida por Joana Raquel da Silva Devesas e secretariada por Guilhermino Pedro de Sousa Pereira e por Isabel Maria Pinhal Resende, com a seguinte ordem de trabalhos:

6. Estratégia Local de Habitação – Proposta de alteração do acordo de colaboração;
7. Apreciação de propostas apresentadas pelos membros da Assembleia Municipal que visam prosseguir as atribuições da Autarquia;
8. Aprovação de atas de reuniões anteriores;
9. Apreciação da informação escrita da Presidente da Câmara Municipal de Espinho sobre a atividade do órgão executivo e seus serviços.

A reunião iniciou-se às 21h30 dado que, à hora inicialmente designada, não se encontrava presente a maioria do número legal de membros desta Assembleia.

Foi verificada a presença dos membros António José Nunes Teixeira Lopes, Rui Manuel Martins Fidalgo, Liliana Andreia Ribeiro de Carvalho, Maria Alexandra Flôr de Pinho da Silva Bastos, Álvaro Paulo Alves Leite, António Manuel Pinto de Oliveira, Nuno António Almendra Monteiro Martins, Beatriz Manso Preto Loureiro, Hermínio José Figueiredo Martins da Cunha, Filipe Alexandre Perdigão Carvalho Pinto e dos Presidentes da Junta da União de Freguesias de Anta e Guetim - Nuno Pinto de Almeida, da Junta de Freguesia de Espinho – Vasco José Carvalho Alves Ribeiro, da Junta de Freguesia de Paramos - Manuel de Oliveira Dias e da Junta de Freguesia de Silvalde – José Carlos da Silva Teixeira.

Foi dada nota do pedido de substituição dos membros Ana Paula Africano de Sousa e Silva por José Manuel Alves Novo, João Humberto Santos Cunha Bastos por António Marques de Azevedo, José Adolfo Carvalho Rocha por Fernanda Bastos, Rosa Martins Freitas Duarte por Manuel Novais, Abel Jorge Correia dos Santos por Manuel Cardoso Pereira, Teresa Manuel Dias Leite de Carvalho e Magalhães por Floriano Alves, Ana Cecília Alves de Campos Lopes de Rezende por Isabel Maria Silva Cruz e Bruno José da Silva Morais por Ana Rita Sá.

A Câmara Municipal fez-se representar pela sua Presidente, Maria Manuel Barbosa Cruz. Estiveram também presentes os Senhores Vereadores Leonor Cristina da Costa Matos Lêdo da Fonseca, Maria de Lurdes Pontes Rebelo, Maria de Lurdes Santos Ganicho, João de Oliveira Passos e Helder Manuel Freitas Leitão Rodrigues.

Verificado o quórum, a Presidente da Assembleia declarou aberta a reunião, advertindo todos os presentes que seria transmitida em direto, entrando, de seguida, na ordem de trabalhos para continuação da reunião anterior, com o ponto referente à Estratégia Local de Habitação – Proposta de alteração do acordo de colaboração. Deu a palavra à presidente da CME que referiu que inicialmente o projeto era para 132 fogos com uma dotação de 5,5M€ euros, agora atualizado e já aprovado pelo IHRU, para 819 fogos com um investimento de cerca de 127 milhões, em todas as freguesias e, para além dos edifícios municipais a requalificar, contempla também fogos que o município podia adquirir.

Isabel Cruz (CDU) disse que do relatório, verificou que o acordo foi celebrado entre o IHRU e a Câmara Municipal em 4/02/2021 e que o investimento necessário era de cerca de 5 M€, dos quais cerca de 2,7 tinham participação financeira não reembolsável do IHRU e cerca de 2,2 a título de empréstimo bonificado, pelo que perguntou qual era a bonificação e se seria a Câmara a suportar o custo. Disse que várias ações ainda estavam em fase de reuniões, sendo que o Bairro da Câmara, na Ponte de Anta, parecia ser o único com a empreitada já iniciada. Questionou o motivo do atual executivo ter anulado duas unidades residenciais com quatro fogos, bem como os 11 fogos do bairro Santa Casa da Misericórdia, 6 fogos na ilha de Ramos. Sobre a ação municipal com os 54 beneficiários diretos, referiu que foram informados que tinham 18 meses para apresentação de candidaturas no âmbito do primeiro direito e verificava-se que apenas 11 se mostraram interessados, não sabendo se a população tinha os meios necessários para apresentar as candidaturas dado que não era um processo simples, perguntando se a Câmara estava a oferecer outro tipo de apoio e algum atendimento para além da informação. Perguntou quem contratou a empresa Agenda Urbana para a emissão dos relatórios, pareceres e documentos. Disse que os programas terminavam em 2025 e que já estavam em outubro de 2023, pelo que lhe parecia que estavam um pouco atrasados em relação às datas.

Alexandra Bastos (PSD) disse que a Estratégia Local de Habitação foi um dos temas de abertura do executivo, sendo que o ex-presidente Miguel Reis, quando abriu a



questão pública da estratégia, lhes tinha dito que tinham herdado um processo do PSD todo mal elaborado e que o teria de iniciar de novo, verificando-se hoje tratar-se de uma estratégia de continuidade. Fez notar que, se hoje existia uma estratégia local de habitação e se ainda estavam a fazer correções e levantamentos, era porque não havia grande eficiência, pesasse embora que o executivo estivesse atento à questão. Sobre os fundos de financiamento, disse que ficavam agradados em saber que não passariam pelo orçamento municipal, com uma comparticipação em 100%. Perguntou se era um trabalho de continuidade, se era um trabalho para darem possibilidades de acesso a habitação aos jovens, pessoas mais carenciadas. Perguntou a razão de ter sido anulada a recuperação do Bairro de Ramos, do Bairro de Notícias, a razão de terem deixado de fora os terrenos da Lomba, com planos para 36 moradias para famílias jovens, a razão de se deixar de fora coisas boas pelo facto da bandeira política se ter alterado.

Paulo Leite (PSD) disse que quando se falava de estratégias visando a melhoria das condições de vida das populações, o PSD só podia estar a favor, não obstante ser necessário fazer-se notar que a questão da habitação tinha muito que se lhe dissesse. Perguntou se as obras do Bloco F já não deveriam estar terminadas. Disse que era importante que as estratégias de habitação fossem implementadas, principalmente na altura atual, não se deixando eternizar a situação, até porque a duração dos mandatos era curta. Que até 2002 se conseguiu concluir 120 mil fogos novos no país, aumentando-se a oferta, tendo vindo a decrescer até 2015, sendo que o PS estava no governo há 8 anos, e não fez as reformas na educação, na saúde, na habitação para que a sociedade continuasse a evoluir e tornasse as pessoas mais felizes. Que a mudança da comparticipação por parte do IHRU, permitia ao atual executivo implementar uma estratégia local de habitação com maior capacidade, sem onerar o orçamento municipal, mas que não avançaram. Que gostaria de saber o que aconteceu com a construção de habitações na Lomba em Paramos, que sempre defendeu. Que decidiram absterem-se porque eram a favor de uma boa estratégia de habitação, mas que notavam falta de estratégia, de pensamento crítico sob a forma como seria feita e também sobre o carácter de urgência que as medidas tinham para a população espinhense.

Presidente CME esclareceu que em 4/02/2021 a estratégia local apresentada contemplava 132 agregados com uma verba de cerca de 5M€, sendo que 2,7M€

comparticipados e o restante por empréstimo bonificado e que com as novas medidas no âmbito do primeiro direito foi atualizada a estratégia local de habitação, com uma participação a 100% no valor de 127 M€. Disse que a Agenda Urbana já era parceira do município e que continuavam com aquele serviço para os ajudar a implementar a estratégia local de habitação. Quanto à anulação de algumas habitações, ou de construção em terrenos, como o caso da Lomba, disse que era opção política, e que teriam outros programas, dentro do PRR, para fazer habitação, arrendamento a custos controlados. Sobre o Bloco F, referiu que as obras se encontravam suspensas, sendo que estavam a dois dias de terminar o prazo de execução, por terem decidido, em conjunto com a Divisão de Urbanismo Municipal, que era importante serem pensadas de forma rigorosa e não poderem aceitar qualquer trabalho complementar.

Isabel Cruz (CDU) disse que a intenção era votar a favor e esperar que as situações se resolvessem e não as deixassem protelar

Alexandra Bastos (PSD) perguntou de novo se existia algum programa para a reabilitação do Bairro de Ramos e do Bairro do Diário de Notícias

Presidente CME respondeu que as casas daqueles bairros estavam bastante degradadas, sendo que tinham de realojar aquelas famílias. Disse que iriam seguir a estratégia local de habitação, que já não era de fácil concretização e dentro de outro programa do PRR fazer outra leitura do que fariam na cidade

Paulo Leite (PSD) disse que ficava com a preocupação de que, ao parar a obra do bloco F, a Câmara Municipal poderia ficar ainda mais onerada, pelo que questionou quais as consequências que dali poderiam advir. Disse que ficava satisfeito em saber que o PRR vinha para ajudar na habitação e que fosse implementado rapidamente

Presidente CME referiu que considerava, naquele momento, que a opção tomada foi a melhor, sendo que depois de analisados os trabalhos executados e para não serem surpreendidos, a obra seria retomada, tendo-se verificado que havia obras no interior das habitações que não estavam bem.

Nuno Almendra (PSD) disse que, em abril de 2018 o Primeiro ministro referiu que em abril de 2024 o problema da habitação em Portugal estaria resolvido, sendo que percebeu, do proferido pela Presidente da Câmara, uma total convicção que aqueles



819 fogos estariam reabilitados ou edificados no final de 2025. Que, para 2023 estava prevista a intervenção em 214 fogos, sendo 12 de nova construção e 202 reabilitados, pelo que gostaria que lhe explicasse de que forma era exequível, atendendo a que faltavam 3 meses para o final do ano e só tinham 5,6 % do programa previsto executado. Perguntou ainda se achava que até 2025, a estrutura que existia atualmente conseguiria dar resposta a todos os novos desafios.

Presidente CME referiu que era obvio que não seria tarefa fácil mas que canalizariam todas as energias para conseguir. Disse que iriam agora iniciar os projetos para os novos lotes em Silvalde, existindo vários para requalificar na zona da Marinha e precisavam de alojar aquelas famílias

Votação: aprovado por maioria com 16 votos a favor e 9 abstenções

Declarações de voto:

O vogal do PSD, Paulo Leite, apresentou, oralmente, a seguinte declaração de voto: *"A nossa abstenção vem no sentido de, por um lado congratulamo-nos pela existência de uma estratégia local de habitação que, se realmente fosse posta em prática nos prazos que tinha de ser, poderia tornar o município de Espinho no exemplo nacional da capacidade de execução, o que não se está a verificar. Infelizmente entendemos que o plano tem muito mais de publicidade do que de execução, vai ser com certeza difícil. Desejamos que tenham sucesso, estaremos a acompanhar porque achamos que nos prazos previstos, para tanta obra, não vai ser possível, vai haver uma enorme dificuldade. Perdeu-se tempo desnecessário que poderia ter sido aproveitado para que funcionasse em favor dos espinhenses. Desejamos que consigam minimizar tanto quanto possível o atraso que já têm para implementação desta estratégia."*

Foi recebida, por escrito, a seguinte declaração de Voto do BE: *"O número de famílias em situação de carência habitacional aumentou significativamente no concelho de Espinho e a tendência é que surjam mais famílias carentes de habitação. O BE vota a favor de medida fundamental para muitos espinhenses e não só, mas não pode deixar de salientar alguns pontos menos positivos nesta estratégia local de habitação. É com preocupação que se continua a promover a construção de "bairros sociais", muito conotados com a "Guetização" e "discriminação" das pessoas que o habitam. Continua-se a construir habitação social como no século XX, aposta-se na*

aglomeração dos cidadãos em bairros sociais, em vez de se promover uma % de frações das novas construções para habitação pública e a reabilitação de habitações promovendo a coesão social e a valorização social e urbana. Preocupa-nos que esta estratégia local de habitação esteja prevista a aquisição de 150 imóveis que o mercado imobiliário do concelho não possui em oferta e que vá especular ainda mais os preços para quem quer adquirir habitação própria.”

Apreciação de propostas apresentadas pelos membros da Assembleia Municipal que visam prosseguir as atribuições da Autarquia

Nuno Almendra (PSD) Recomendação Instalações sanitárias – Parque de estacionamento do ReCaFE: A cidade de Espinho tem um número reduzido de instalações sanitárias públicas, particularmente sentido no nas épocas de maior movimento de pessoas na cidade, época balnear e fins de semana. A escassez destes equipamentos faz com que haja recursos a estabelecimentos privados ou à via pública com todos os constrangimentos que tais situações causam. Apesar da necessidade efetiva da construção deste tipo de equipamentos na cidade e no concelho, bem como outros de utilização pública tais como, por exemplo: bebedouros, entendemos que a informação da existência dos recursos existentes minimiza os efeitos negativos. A Assembleia Municipal de Espinho reunida em 20 de setembro de 2023, delibera recomendar à Câmara Municipal de Espinho que: instale sinalização informativa da existência de instalações sanitárias no parque de estacionamento do ReCaFE, nos acessos pedonais ao parque mais próximos dessas instalações; instale sinalização informativa da existência de instalações sanitárias no parque de estacionamento do ReCaFE nas zonas de proximidade mais movimentadas.

Presidente CME disse que concordava com a recomendação e que de facto havia muita falta de sinalização em vários aspetos como por exemplo a indicação para a estação de comboios. Informou que já tinha sido pedida a compra de sinalização diversa

Votação: aprovada por unanimidade

A Presidente da AM disse que a recomendação seguinte seria apresentada pelo vogal do PSD, Nuno Almendra, uma vez que o seu proponente, Abel Santos, não estava presente



“Recomendação para a reparação do piso da rua dos combatentes da Freguesia de Guetim: Considerando que as ruas que compõem a infraestrutura viária da nossa cidade desempenham um papel fundamental no nosso dia a dia. Elas são as artérias que ligam as nossas comunidades, permitem o acesso aos nossos lares e locais de trabalho e facilitam o fluxo de bens e serviços que sustentam e promovem a qualidade de vida. É inegável que a manutenção adequada dessas vias desempenha um papel crítico na segurança e no bem-estar de todos os cidadãos. Ruas em bom estado não são apenas um símbolo de uma cidade bem-cuidada, mas também um indicador claro da atenção dada às necessidades básicas dos seus habitantes. Quando as ruas são mantidas adequadamente, não apenas asseguram uma experiência de condução mais segura e confortável, mas também promovem a eficiência no transporte, contribuindo para a redução de acidentes e congestionamentos. No entanto, quando negligenciadas, as ruas em mau estado representam um risco à segurança pública, causam danos nos veículos, e podem gerar insatisfação entre os residentes e visitantes. A Rua dos Combatentes em Guetim, é uma das suas vias principais. É não só entrada para o concelho de Espinho por quem se dirige de nascente pela Vila de Grijó, mas também como eixo central da freguesia, servindo residentes, comércio e empresas, desempenhado um papel vital na comunidade. No entanto, devido à falta de manutenção ao longo dos anos, o seu estado atual representa um sério risco à segurança e ao conforto dos que nela circulam. O seu estado atual é lastimável que a todos deve incomodar. Quem passa na Rua dos Combatentes não precisa de longas descrições do seu estado identificando-se abaixo alguns dos principais problemas: O pavimento em toda a sua extensão encontra-se repleto de buracos e fissuras; Desníveis e remendos antigos de outros materiais são visíveis; Insuficiência sinalização vertical; Ausência ou insuficiente sinalização pintada no piso. Por isto, residentes, empresas locais e condutores que transitam nesta via têm manifestado preocupações sobre a segurança, que é posta em causa durante os desvios que as viaturas fazem para evitar buracos, e também acidentes e prejuízos que poderão ocorrer com peões ou veículos devido às condições precárias da estrada. Recomendação: Perante o que de forma sucinta foi exposto, mas que se reconhece não ser possível em palavras descrever a gravidade do estado desta via, a Assembleia Municipal de Espinho reunida a 20 de Setembro de 2023 delibera recomendar à Câmara Municipal de Espinho que: - Defina como prioritária e urgente a reparação completa da Rua dos Combatentes da freguesia de Guetim. Esta ação é fundamental

para restaurar a segurança, a qualidade de vida e o conforto dos frequentadores desta via, não só Guetinenses, mas todos os que passam pela freguesia, e são muitos.”

Presidente da JF Anta e Guetim disse que tinha pena que o vogal e também membro da assembleia de freguesia de Anta e Guetim, Abel Santos, não estivesse presente, porque ele sabia bem que, como Presidente de Junta de Freguesia sempre lutou para que aquela e outras ruas tivessem intervenção, sendo que era uma rua de acesso entre concelhos e apresentava um desgaste inacreditável. Que talvez não se tenha feito o necessário porque a Câmara era do PSD e a Junta era do PS e que quando reclamava mais verba e mais investimento na freguesia, o PSD vetava. Que Anta e Guetim apresentavam um atraso significativo em relação as restantes freguesias do concelho, em termos de investimento público na repavimentação de vias, sendo que eram a maior freguesia do concelho e a que tinha mais trânsito e que, em termos de distribuição de verbas, se, no orçamento da Câmara, as restantes freguesias tinham 80 mil euros cada, Anta teria, no mínimo de ter 80 mil e Guetim outros 80 mil.

Paulo Leite (PSD) disse que qualquer executivo tinha de tomar decisões sobre a forma como despender as verbas procurando fazer o seu melhor e que consideravam que independentemente dos partidos pelos quais foram eleitos deviam trabalhar em prol das populações, sendo que o PSD sempre assim pensou. Que os partidos tinham um papel fundamental quando escolhiam quem ia governar as populações, sendo que deviam escolher quem iria defender as cores do partido e a sua ideologia, mas em benefício da sua população. Disse que o PSD investiu em Anta, como nas outras freguesias dentro do possível dadas as circunstâncias à época, sendo que o Presidente da JF devia sentir-se satisfeito por ver alguém que faz parte da bancada do PSD vir defender o arranjo da rua

Presidente da JF Anta e Guetim referiu que ainda bem que vieram fazer a recomendação e agradecia, apesar de considerar que vieram tarde, sendo que, quando a Câmara era PSD, reclamava pelos arranjos e o PSD não estava disponível

Presidente CME disse que de facto aquela rua e também a Rua da Idanha estavam em muito mau estado, sendo que gostaria que fossem as únicas do concelho. Que a Câmara estava a fazer um esforço para fazer algumas intervenções. Que tinham um grande problema na rua da Idanha com as pluviais que descarregavam na rede de saneamento, tendo-se verificado que, de um lado passava um tubo de gás e do outro



lado rede de eletricidade, pelo que não conseguiam intervir com os recursos da Câmara. Que antes de pavimentar precisavam de fazer um estudo para ver o que se passava em concreto.

Votação: aprovada por unanimidade

Aprovação da atas 10/2023 e 11/2023

As atas foram aprovadas por unanimidade dos vogais que estiveram presentes nas reuniões a que se reportam

Apreciação da informação escrita da Presidente da Câmara Municipal de Espinho sobre a atividade do órgão executivo e seus serviços

Presidente CME disse que o documento foi distribuído por todos e ficava disponível para responder às perguntas que lhe quisessem colocar.

Filipe Pinto (PSD) perguntou se, na reunião que a Presidente da CME teve em 6/09/2023 com a IP sobre assuntos diversos para Espinho, se ficou decidido avançar com a recomendação apresentada e aprovada na Assembleia sobre a colocação de passadeiras ao longo da 24, salientando a necessidade de passadeiras à norte sobretudo na Ponte de Anta e também a necessidade de pintar as passadeiras existentes; Se já foi feito o levantamento das ruas esburacadas em todo o concelho a serem intervencionadas, quando iniciariam e quanto tempo iriam demorar; Se os projetos previstos para a Vila Manuela e espaços envolventes já tinham sido aprovados, quando se iniciariam e qual a despesa; Se já tinham encontrado solução para a limpeza periódica da passagem de peões área junto da Rua 5; Para quando estava prevista a entrega em definitivo da obra do RECAFE e quanto faltava pagar; Para quando a conclusão das passagens desniveladas de peões e veículos na Rua do Golfe e se sabia como seria feita a limpeza periódica da passagem aérea; se estava prevista alguma intervenção naquela rua a sul, dada a inexistência de passeios. Perguntou ainda se estava prevista a construção de passeios na Rua da Praia, entre a estrada que percorre o Regimento de Engenharia e a rotunda após a pista de aviação

Teixeira Lopes (PS) lembrou a situação das placas de identificação do número das ruas que não existem ou, existindo, estavam desgastadas impedindo a sua leitura.

Isabel Cruz (CDU) Disse que gostavam de ter acesso ao relatório semestral que o município tinha de elaborar, depois da transferência de competências, no domínio da educação. Sobre o vouguinha, disse que no site da IP existia uma verba de 67 M€ para a requalificação da linha, sendo que até à data apenas 8% estava executado em termos de projetos e perguntou o que pensavam fazer em relação àquela requalificação. Sobre a criação da polícia municipal, disse que achavam mais profícuo que se exercesse pressão sobre os serviços centrais no sentido de melhorar as condições da PSP em Espinho, ao invés de terem uma despesa extra com a polícia municipal, perguntando como seria financiada. Perguntou sobre o custo das festas de Nossa Senhora da Ajuda e se a Câmara tinha a noção de qual o retorno daquele investimento.

Alexandra Bastos (PSD) pediu para a Presidente da Câmara desenvolver um pouco mais o tema sobre a Estratégia de Gestão e Valorização de Resíduos, em que houve alargamento da recolha seletiva de resíduos verdes em Silvalde e em Paramos, para perceberem onde tinha havido evolução na recolha e seleção de resíduos. Perguntou se a limpeza da Ribeira de Silvalde, com o objetivo de remover os resíduos, foi ocasional ou se teriam um plano de intervenção reiterado nas linhas de água. Perguntou se havia alguma possibilidade de voltarem a fazer o levantamento das perdas de água, nomeadamente ao longo da Rua 19. Perguntou sobre as obras da escola Domingos Capela.

Paulo Leite (PSD) perguntou quando seria distribuída à oposição o documento sobre a auditoria ao estádio municipal e qual o ponto de situação. Sobre a sessão de esclarecimento sobre os impactos da Linha de Alta Velocidade no concelho de Espinho em que a Presidente da Câmara referiu que haveria terrenos para distribuir caso as pessoas fossem prejudicadas e em que o PSD colocou três questões que continuavam sem resposta, perguntou que terrenos eram aqueles e o que se fez relativamente à linha de alta velocidade. Sobre a deliberação constante da ata n.º 14 - Aquisição de serviços para o "ALUGUER OPERACIONAL DE VINTE E SEIS VIATURAS". Decisão de adjudicação e deliberações conexas, no valor global de 1 058 M€ disse que quando o dinheiro era pouco tinham de tomar opções, recordando que a Câmara tinha optado por não intervencionar a rua 19, que continuava com as fugas e rebentamentos. Disse que os vereadores do PSD tinham direito de não votar documentos que consideravam ser da responsabilidade de alguém na Câmara e não podiam ser hostilizados. Fez



notar também preocupação pela criação da polícia municipal. Disse que sobre o vouga havia projetos para revisão de toda a linha na ordem dos 130 milhões, sendo que em Espinho se constava que a linha do vouga iria chegar à atual estação dos comboios por cima do túnel existente e perguntou qual era a posição da Câmara sobre aquele assunto

Presidente CME disse que na reunião com a IP, referiu-se o caso da EN 109 em que a IP oferecia um valor para única e exclusivamente proceder à sua pavimentação e que devido aos problemas estruturais que a estrada tinha, nomeadamente, na Ponte de Anta e também as redes de água e saneamento que nela passavam, não lhe parecia uma boa gestão do dinheiro público fazer a pavimentação de uma rua, correndo o risco de, passado pouco tempo, haver rebentamentos das condutas. Disse que se a Câmara não aceitasse o valor, a decisão da IP era pavimentar e entregar a estrada à Câmara Municipal. Que se encontravam à espera da visita da IP ao local para verem a melhor opção, sendo que uma das hipóteses era intervenção nas infraestruturas até determinada zona e pavimentação daquele troço. Sobre as passadeiras, disse que, tinham de ser colocadas em sítios com visibilidade, por uma questão de segurança, dado que a estrada tinha duas faixas, sendo que a questão tinha de ser bem estudada. Referiu que algumas no início do ano tinham já sido pintadas, nomeadamente nas Ruas 33 e 62, em Silvalde e outras foram recolocadas devido as obras de urbanização. Disse que algumas das ruas seriam pavimentadas. Disse que a obra envolvente à Vila Manuela começaria na segunda-feira, sendo que o valor da adjudicação constava da plataforma AcinGov. Sobre a limpeza da passagem do RECAFE, disse que estava a cargo da Junta de Freguesia. Sobre as passagens desniveladas de Silvalde, disse que a IP lhe garantiu que seria entregue em novembro a passagem área parte sul, embora considerasse que não era funcional. Que estavam a estudar o que iriam fazer quanto aos passeios em Paramos. Sobre a numeração das ruas, disse que tinha sido constituída uma Comissão de Toponímia, sendo que estava já previsto que os novos edifícios fizessem referência às Ruas. Sobre a comissão de acompanhamento na educação, disse que tinha havido uma reunião com a Câmara Municipal, Agrupamentos e a DGEST para acompanhamento da delegação de competências e disse que muitas das verbas em falta lhes tinham sido atribuídas, nomeadamente das refeições e que naquela reunião deu conta do problema dos assistentes operacionais. Sobre o vouga disse que, depois da reunião pública no Europarque não houve mais desenvolvimentos e que embora a requalificação da linha

estivesse prevista como uma estratégia não podia ser executada a todo o custo. Quanto à polícia municipal, disse que aquela não podia nem devia substituir a PSP, sendo que tinham funções diferentes e que a primeira permitiria uma fiscalização às feiras, obras, trânsito, multas. Que estavam a fazer um estudo e um levantamento das necessidades de operacionais para calcular a despesa e que, os municípios que já tinham polícia municipal, lhe disseram que o trabalho de fiscalização desenvolvido pela polícia municipal pagava a própria polícia. Sobre a estratégia de resíduos, disse que era do pelouro do Vice-presidente, que não estava presente e por isso, daria a resposta por escrito. Disse que estava prevista uma plataforma de monitorização para as perdas de água dentro das *Smart cities*. Sobre a limpeza das ribeiras disse que tinham intenção de continuar com as intervenções, sendo que estavam a fazer um cronograma. Quanto à escola Domingos Capela, disse que já estava feito um projeto primário para intervenção como escola muito urgente, sendo que estavam a contratar o projeto de arquitetura e especialidades para, até ao fim do ano, se candidatarem à sua requalificação. Disse que iria ser enviada, a partir de hoje, aos vereadores e vogais a auditoria técnico financeira ao estádio municipal, sendo que estavam previstos 7M€, faltando ainda iluminação, ligação à rede de água, a bilheteira norte, rondando de muito perto os 8M€. Sobre a linha de alta velocidade, disse que sabia que Guetim tinha proposto algumas alterações, às quais a IP se mostrou recetiva, estando em causa salvar o campo de Guetim e praticamente as casas à volta, sendo que se não fosse viável, sairia um novo campo e que se fosse necessário o município estaria disponível para dispor de terrenos para ajudar as pessoas. Disse que o concurso das viaturas era de três anos, sendo que o município dispunha de um único carro no momento e embora concordasse que fosse uma verba grande, o investimento era necessário. Sobre os vereadores do PSD, disse que havia competências que o Presidente podia manter na Câmara, sendo que decidiu manter os processos de urbanismo, sendo que foi questionada a CCDRN sobre o assunto, que respondeu que os processos podiam ser presentes em reunião de Câmara.

Apreciação política

Presidente da JF de Silvalde sobre a passagem superior e inferior do canal ferroviário, disse que as infraestruturas estavam muito mal construídas, considerando que a passagem superior pedonal era uma aberração. Fez notar que a Junta de Freguesia não teve qualquer intervenção nem informação naquele processo, nunca tendo sido



ouvida. Que faltava uma escada lateral na passagem inferior pedonal e que a passagem superior tinha dois andares, tornando-se complicado se o elevador não funcionasse. Que se tivessem de assumir responsabilidades, como aconteceu com a Junta de Freguesia de Espinho, teria de ser com mochila financeira, sendo certo que aconteceriam muitos problemas com os elevadores, com a utilização da passagem pedonal. Considerava que houve uma falta de respeito enorme para com o povo da Marinha de Silvalde na forma de atravessamento do canal ferroviário. Sobre a limpeza dos terrenos ao lado do matadouro municipal, disse que o local estava a ficar parecido com uma mata, continuando-se a descarregar entulho na parte de trás daqueles terrenos, pelo que considerava que era de bom tom notificar quem de direito para procederem à respetiva limpeza. Quanto à EN 109, disse que na reunião com a IP apresentaram soluções e referiram que a verba era muito insuficiente, não chegando sequer para fazer as alterações às infraestruturas, fazendo notar que o troço entre a Rua do Loureiro e a Rua que vai para a Escola Domingos Capela tem imensas roturas da rede de água, referindo que não estava de acordo que se pavimentasse a estrada sem primeiro fazer o levantamento das condutas de água fazendo a sua renovação. Sobre a limpeza da ribeiras de Silvalde, disse que desde a alteração feita pela IP, anteriormente REFER, de poente à nascente da ponte daquela ribeira nada mais se tinha executado e a ribeira estava muito mal tratada e perguntou quais as zonas que tinham sofrido intervenção pela Câmara. Disse que os locais com mais urgência de intervenção eram a nascente e a poente da Rua 20.

Presidente da JF de Espinho disse que a Junta de Freguesia não tinha obrigações nenhuma sobre a passagem de peões na Rua 5, sendo que ele assumiu que, dentro do possível, fariam a limpeza da parte área, referindo, ainda que, embora não fosse da competência da Junta de Freguesia, também faziam a recolha de lixo e varredura da zona do RECAFE. Disse que, há três anos, numa reunião da Comissão de Toponímia ficou deliberado o tipo de placas a colocar nas Ruas e que com o atual executivo nunca teve uma reunião daquela comissão. Sobre os abrigos das paragens dos autocarros, disse que teve reclamações, uma vez que, quando incidia o sol deixava de se ver o vidro, e sugeriu a colocação de mapas com os diversos itinerários com os transportes existentes, que, para além de solucionar a questão dos vidros, considerava importante sendo Espinho uma cidade turística. Sobre a poda das árvores, disse que os tratamentos eram diferentes consoante a freguesia, sendo que, em Espinho, havia um controlo muito grande pelos arquitetos paisagísticos e nas

restantes freguesias não. Salientou que as licenças de habitabilidade deviam ser concedidas quando os passeios e ruas estivessem completamente terminados e sugeriu que nos projetos estivessem contempladas a reposição de árvores

Presidente da JF de Paramos disse que a repavimentação da EN 109 sem a renovação das infraestruturas não é viável, sendo que a IP, ao longo dos anos, noutros concelhos executou obra nas estradas nacionais por reivindicação, negociações, conversações. Referiu nomeadamente o cruzamento perto da Capela de Nossa Senhora da Guia que, dado a sua perigosidade, precisava de semáforos e que a IP já descartou. Que para aquela estrada tinham de pensar com muito cuidado e responsabilidade. Disse que os terrenos ao lado da rua da praia eram do Ministério da Defesa Nacional pelo que, para executar passeios, teriam de ver a possibilidade com aquela entidade. Que o problema da rede de água era extensível a todo o concelho, sendo que há alguns anos, houve uma candidatura a fundos comunitários para substituir redes de água degradadas, sendo que em Paramos o projeto foi iniciado na Rua do Caminho de Ferro e nada mais foi executado. Lembrou os abrigos e paragens de autocarros colocados nas freguesias, sendo que as carreiras de autocarros ainda não passavam em certos locais, e aguardava o novo serviço da AMP para verificar o que iria acontecer. Disse que as ribeiras eram de facto um problema a vários níveis, solicitando uma atenção especial por parte de todos

Paulo Leite (PSD) sobre a questão da apresentação dos processos urbanísticos em reunião de Câmara, disse que a resposta da entidade era dada em função das perguntas colocadas. Disse que, se se tivesse referido à entidade que através do despacho 10/2023, a presidente da Câmara atribuiu a si mesma o pelouro do urbanismo, talvez se tivesse obtido resposta diferente. Fez notar que se alguém quiser interpor recurso hierárquico, não o poderia fazer porque era a Câmara que estava a decidir. Sobre a EN 109 e a passagem inferior do Bairro de Silvalde, disse que o executivo PSD tinha feito vários contactos e diligencias junto da IP e nada aconteceu. Perguntou de novo se o comboio da linha do vouga iria passar por cima do túnel em Espinho, uma vez que não teve resposta. Perguntou o ponto da situação sobre o posto médico da marinha. Entendia que a informação escrita devia ser antecedida de uma apresentação por parte da Presidente da Câmara, para que os munícipes ficassem informados do que estava a acontecer, bem como devia ser feita uma apresentação sobre os diversos disfuncionamentos que os serviços da Câmara tinham vindo a



revelar, nomeadamente sobre a limpeza, organização, atrasos nos licenciamentos e outros

Presidente CME esclareceu que o contrato dos veículos era de 5 anos e não de 3 como tinha referido e voltou a frisar que apenas dispunham de um carro para todos os serviços. Sobre a passagem aérea de Silvalde, referiu que, quando iniciou as suas funções teve uma reunião com o IP, que lhe transmitiu que não era a que estava prevista, mas foi a que "obrigaram" a fazer. Sobre os processos de urbanismo, considerava que, no momento presente, deviam se apreciados em reunião de Câmara. Disse que, na apresentação feita no Europarque sobre a linha do Vouga, uma das hipóteses era a linha passar por cima do túnel do RECAFE, acrescentando que as hipóteses tinham de ser muito bem ponderadas, e, não sendo ainda uma realidade muito próxima, dava-lhes tempo para acautelar os interesses de Espinho. Disse que o posto da Marinha era uma realidade, o projeto estava na fase final e que até ao final do ano, pensava que estariam em condições de lançar a empreitada.

Não havendo mais assuntos a tratar, a reunião foi dada por encerrada. As deliberações tomadas na presente reunião foram aprovadas em minuta, por unanimidade, ao abrigo do nº 3 do artigo 57.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, após a sua leitura pelo Presidente da Mesa da Assembleia.

Para constar e devidos efeitos, nos termos do disposto nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 61.º do Regimento, lavrou-se a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal e por mim, Isaura Maria Gomes Pinto da Rocha Gonçalves, funcionária municipal da Divisão de Jurídica e de Apoio à Administração, designada para o efeito, que a elaborei nos termos legais.

A Presidente da Assembleia Municipal

A Funcionária Municipal,
